



**ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**32ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção
Ambiental do Banhado Grande**

Ao quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Auditório da Legião da Boa Vontade – LBV, localizado na Rodovia 030, km 19, Glorinha/RS, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande para a trigésima segunda Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Mello Machado.

Estavam presentes as seguintes entidades através de seus representantes:

- **Assoc. de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé** – Osmar Moisés de Moura (suplente)
- **Assoc. Moradores do Banhado Gravataí** – Juarez A. Gomes (titular)
- **ACIVI** – Rafael Goelzer (titular)
- **APN VG** – Tânia Peixoto (titular) e Sandra Cardoso (suplente)
- **Comitê Gravataí** – Manoel Adam (titular)
- **DUC/SEMA** – Denise Machado (titular) Cecília Nin (suplente)
- **EMATER** – Paulo da Silva Viegas (titular)
- **FARSUL** – Ivo Lessa (titular)
- **FEPAM** – Cláudia Wolff (titular)
- **FZB** – Luiza Chomenko (suplente)
- **ICMBio** – Lisandro Signori (titular)
- **INCRA** – Paulo Heerdt Junior (suplente)
- **Legião da Boa Vontade** – Charles José Viana (titular)
- **Lions Club** – Oraclides Garbini (titular)
- **Maricá** – Aurici Azevedo da Rosa (titular)
- **Pref. Municipal de Viamão** – Fábio René Mendes (suplente)
- **Pref. Municipal de Gravataí** – Paulo R. Muller (titular)
- **Sindicato Rural de Viamão** – Pedro Silverio (titular)

- **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glorinha** – Antonio Carlos (titular)
- **Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)** – Ricardo Diel (titular)

Compareceram também os seguintes visitantes:

Raquel Turelly (APNVG), Sérgio Cardoso (APNVG), Josy Mattos (FZB), Jan Karel Mahler Jr. (FZB), Diego Mejimetto (PMS), Lauro Oliveira da Silva (SMMAIC Glorinha), David Cafruni (SMMA Cacheirinha), Renata Gil (CORSAN) e Jayme Junior (METROPLAN).

A Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Machado, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros e apresentando a programação da reunião. Tânia sugere a inclusão da situação da FZB como *pauta da reunião tendo em vista a importância do tema*. Denise explica que esse tema está incluso na pauta Plano de Manejo.

A presidente chama o anfitrião, **Charles, representante da LBV**, que dará as boas vindas a todos e ressalta a importância do município de Glorinha para a APABG, tendo em vista que quase todo o município está abrangido por esta unidade de conservação. Ele fala sobre a importância do Projeto “Rio Limpo”, da parceria com a LBV que atende a crianças de Glorinha e Gravataí, chamando o **Sérgio Cardoso** para falar sobre o projeto.

Charles agradece a presença do prefeito de Glorinha, que fala sobre a importância do desenvolvimento sustentável, mas que também se deve pensar no desenvolvimento econômico.

Sérgio Cardoso fala que a APNVG através do projeto “Rio Limpo” atua em parceria com a LBV com as crianças da região e informa que eles elaboraram um quite que foi distribuído aos presentes na reunião que informa sobre o projeto e suas ações já realizadas. Segundo ele o projeto “Rio Limpo” tem sua área de atuação na bacia do Gravataí e conseqüentemente na área da APABG.

Pauta 1. Aprovação da Ata de 01 de junho de 2015

Denise Machado – pergunta se todos receberam a ata e coloca em aprovação. Ata aprovada.

Pauta 2. Composição – resultado do aviso público

Denise Machado – informa que foram abertas duas vagas no aviso público, uma delas referente ao setor de saneamento e outra referente ao setor de agricultura, ambos governamentais. Ela continua dizendo que a CORSAN e a

Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR) manifestaram interesse em compor o conselho nas respectivas vagas não havendo mais instituições concorrendo a elas. **Sérgio Cardoso** – ressalta que a CORSAN já fazia parte do conselho e que está novamente concorrendo a mesma vaga que já ocupava anteriormente. **Denise** lê a plenária as cartas enviadas pelas instituições em que ambas justificam a importância da participação das instituições no conselho da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APABG) (cartas em anexo) Ela solicita a manifestação da plenária e questiona se esta aprova o ingresso das instituições no conselho. **Tânia Peixoto** – observa que é de acordo com instituições que venham a somar no conselho. **A plenária aprova o ingresso das instituições no conselho.**

Pauta 3. Plano de Manejo

Denise passa para pauta Plano de Manejo, em que informa que não foi possível contar com a presença do diretor do departamento ou da secretária adjunta, mas que o Diretor do Departamento de Biodiversidade da SEMA enviou um documento esclarecendo a situação do Plano de Manejo e lê o documento (em anexo). O documento informa que a elaboração do Plano de Manejo deve continuar sendo elaborado pela FZB, tendo em vista o convênio vigente. Ela ressalta que foi feita uma reunião com a secretária adjunta da SEMA, Maria Patrícia, com o Diretor do DBIO, Gabriel Ritter, em que a secretária adjunta não dá garantias de finalizar o Plano de Manejo da APABG com a FZB, indicando apenas que temos que continuar o trabalho e finalizar com a FZB o que for possível. Denise afirma que em reunião foi informado ao gabinete que do ponto de vista técnico e de mobilização social é muito prejudicial paralisar o trabalho do porte do “Plano de Manejo da APABG” no meio é muito prejudicial para o resultado do mesmo. No entanto não foi dada Garantias de continuidade do processo.

Tânia, representante da APNVG, questiona se para dar continuidade no processo não seria necessário o repasse do recurso financeiro. **Denise** informa que sim e ela questiona como seria possível continuar os trabalhos. **Ivo Lessa**, pergunta onde está o recurso e a presidente informa que o recurso foi disponibilizado para a SEMA porém não foi repassado à FZB.

Josy Matos, coordenadora da elaboração do Plano de Manejo da APABG junto a FZB, faz um relato à plenária sobre as atividades já realizadas no processo de elaboração do Plano. Segundo ela, diversas reuniões e oficinas de Planejamento e, inclusive, algumas saídas de campo já foram realizadas, desde o ano passado. Além disso, a FZB prontamente atendeu a todas as necessidades de alteração de plano de trabalho solicitadas pela SEMA. No entanto, até o momento não foi repassado o recurso pela SEMA para necessário para dar continuidade a elaboração do Plano de manejo da APABG. Assim, todas as atividades que eram possíveis de execução sem o recurso da

SEMA foram realizadas. Dessa forma, não havendo resposta da SEMA com relação ao recurso, a FZB entregou um documento em junho deste ano, informando, ao diretor do DBIO (Gabriel Ritter) que a Fundação estava suspendendo as atividades de elaboração do Plano. O recurso, segundo ela, é essencial para a realização de contratações de serviços e para a aquisição de equipamentos fundamentais para o trabalho. Após a entrega do documento foi chamada uma reunião em que ficou definido que providências seriam tomadas para viabilizar o repasse do recurso, no entanto, até o momento ele não ocorreu. Em 30 de julho deste ano foi emitido um novo documento reiterando a necessidade do recurso e alertando para os prazos de execução do estudo. Isso porque, já se passou mais de um ano que o convênio foi firmado e que não seria possível realizar tal estudo em um tempo muito restrito. Ela ressalta que o tempo para licitar as contratações é demorado. Denise afirma que no mínimo 4 meses. Josy informa que mesmo se o recurso chegasse hoje eles poderiam não conseguir licitar a tempo para contratar esse ano e, mesmo assim, não conseguiriam cumprir o prazo final de entregar o Plano em agosto do ano que vem, quando o convênio vence, pois é preciso manter os prazos de execução dos estudos. Ela ressalta que o Projeto de Lei (PL) que prevê a extinção da FZB foi posterior a este fato, portanto, não há relação do projeto de lei necessariamente com a paralização da elaboração do Plano de Manejo da APABG.

A coordenadora do Plano relata que o PL foi retirado do regime de urgência, mas ele continua para votação na assembleia. Ela entende que a votação do projeto pode ser um processo rápido, mas que caso o plano de manejo continue a ser executado pela FZB pode ocorrer de no meio deste processo a Fundação ser extinta. Dessa forma a situação deste processo de elaboração torna-se incerta.

Ivo Lessa, representante da FARSUL, fala que a situação de incerteza tão grande que entende que os técnicos da FZB não tem tranquilidade técnica para assumir o compromisso de elaboração do Plano da APABG. Ele entende que qualquer pressão que o conselho venha a fazer é complicado, diante da situação geral do estado. Ele afirma que o conselho precisa ter mais sensibilidade com os técnicos da FZB, pois estão levando pressão de todos os lados, do ministério público. Ele sugere que o conselho solicite ao ministério público que decida o que fazer junto ao governo do estado.

Sérgio Cardoso (Presidente do Comitê Gravathay) fala da luta do comitê Gravataí pela criação da APA do banhado grande, o Comitê gravathay se posicionou claramente contra a extinção da fundação zoobotânica, sendo essa uma posição política-institucional de todas as instituições que compõem o comitê. Um projeto que foi encaminhado para a Assembleia Legislativa pelo executivo e que pode prejudicar o andamento de todos os projetos que estão ocorrendo na Bacia. O que demonstra grande irresponsabilidade do gestor público, podendo, inclusive, voltar a vigorar a ação civil pública, impedindo o

licenciamento de todo o tipo de empreendimento na região. Por um processo que já deveria estar do meio para o fim, este conselho tem que ter uma posição sobre a questão da FZB, que vai além do plano de manejo. Ele questiona a plenária se é interesse em licitar a elaboração do Plano para uma empresa que depois terá que buscar informações no que sobrar na FZB para fazer o Plano. Fala ainda, da fotografia que está projetada que ilustra o momento em que a APNMG levou uma faixa ao então governador Tarso Genro pedindo a elaboração do Plano da APABG. Segundo ele, essa faixa teve grande relevância, tendo em vista que o secretário de meio ambiente da época, Hélio Corbelini, estava querendo licitar o Plano da APABG. Aclama que o Conselho da APA se manifeste sobre a questão, se quer que extinga a FZB e passe o Plano para "qualquer um" fazer, ou se quer a manutenção da FZB como um instituto de pesquisa que é patrimônio dos gaúchos na produção de conhecimento. Entende que não se pode deixar essa decisão na mão do Judiciário. Ele ressalta que a origem do recurso para elaboração do Plano é de medida compensatória. Sérgio propõe que o conselho aprove uma moção pela permanência da FZB, quanto fundação e dela como executora do Plano de Manejo da APABG. Ele questiona o conselheiro Ivo Lessa contrapondo sua opinião.

Ivo diz que Sérgio pode não ter entendido a opinião, ressaltando que sua posição é de preocupação com a fragilidade que os técnicos envolvidos estão passando diante da incerteza da continuidade no processo.

Sérgio fala que tem duas questões uma delas a permanência da FZB como executora do Plano e a existência da FZB. Ivo diz que é a favor de "tocar o trabalho", no entanto, diante da extinção da FZB é preciso que alguém continue o trabalho. Ele trata da falta de repasse do recurso pela SEMA, pois sem o repasse do recurso não é possível dar continuidade aos trabalhos. Assim, ele reitera sua proposta de que o conselho se manifeste, através de documento, favorável a permanência da FZB e da manutenção desta instituição como executora do Plano de Manejo.

Jan Karel Jr, funcionário da FZB, agradece ao Sérgio e ao comitê Gravathay pelo apoio, e esclarece que eles já haviam encaminhado documentos em junho e julho (há quatro meses) sobre a questão da liberação do recurso, não havendo, ainda, uma resposta conclusiva sobre o assunto. A nossa preocupação, mesmo tendo o PL é fazer um trabalho bem feito. O processo de elaboração do Plano precisa ser elaborado de forma participativa, sendo assim é preciso de um tempo para sua elaboração, que independentemente de quem vai realizar, é importante que o conselho entenda a necessidade deste prazo para o bom andamento dos trabalhos. Contratam-se uma empresa para executar o Plano de Manejo em seis meses, ele não terá a qualidade necessária, será um copia e cola de outros planos de manejo, sem a participação social necessária nesse processo. Ele pede que o conselho fique atento ao prazo de execução do serviço, pois existe um prazo definido pelo

quando uma instituição não libera o recurso em havendo condições para tal a outra parte tem que cobrar.

Denise busca sintetizar os encaminhamentos debatidos, sendo eles solicitações do conselho para o governo se posicionar junto ao MP, contra a extinção da FZB e pela manutenção desta instituição como executora do Plano de Manejo. **Tânia** comenta que é preciso sair um documento daqui hoje. O representante da **FARSUL** questiona que não deve ser solicitado apoio ao MP, mas sim, seu posicionamento. **Aurici**, representante do grupo Maricá, se posiciona dizendo que o ministério público deve cobrar do governo, pois existe um TAC assinado. Ela fala, ainda, que as prefeituras que tem interesse direto também poderiam se manifestar sobre a questão. **Tânia** lembra que existem representantes das prefeituras no conselho. **Paulo Muller** fala que o interessante é conversar com os prefeitos. **Denise** questiona a plenária se o conselho deve pedir para as prefeituras um posicionamento sobre a questão. **Ivo** sugere que seja encaminhado a associação dos prefeitos, GRANPAL. **Paulo Muller** concorda com a sugestão, lembrando que o prefeito de Gravataí é presidente da Grampal. **Denise** verifica se o encaminhamento do conselho é: um documento contra a extinção da fzb, outro solicitando a manutenção da fzb como executora do plano de manejo e outro documento ao MP para que esse se posicione sobre a questão o que também será feito para a GRAMPAL. Ela questiona como seria encaminhada a questão, se seria via câmara temática ou algumas pessoas do conselho.

Manuel Adams, representante do Comitê Gravathay, fala que o conselho tem uma questão mais urgente, saber o posicionamento da SEMA, com relação a continuidade do processo. **Denise** diz que o posicionamento que foi dado hoje é que sim. Manuel se posiciona dizendo que o conselho tem que pedir isso, pois temos que ter oficialmente isso. **Ivo Lessa** diz que concorda com a posição do Manuel, mas diz que o conselho tem que fortalecer essa questão entre as entidades que estão aqui dentro. **Manuel** fala que há um contrato com a FZB e que o conselho precisa saber oficialmente se esse contrato será cumprido. **Josy** reitera que a SEMA não fez o repasse do recurso e que por isso o Plano não teve o andamento desejado, pois mesmo antes do PL de extinção da FZB já havia sido informado a SEMA que o Plano estava sendo paralisado pela falta do repasse do recurso. **Paulo Muller** diz que é por isso que essa reunião com o MP é importante. **Tânia** reitera que é preciso que o conselho se se manifeste sobre a questão, mas entende que é desnecessário o envio do documento a secretária, pois sua posição é a mesma do governador, pois ela é subordinada a ele. Ela diz que o MP precisa ser acionado na medida que o recurso destinado para o Plano não está sendo utilizado para executar o mesmo.

Luisa Chomenko fala do prazo judicial e a necessidade de realização do plano conforme a necessidade de levantamentos que dependem da sazonalidade. Fala também que com o PL a incerteza de continuidade do trabalho é grande. **Paola Stumpf**, técnica da DUC (divisão de unidades de conservação) diz que o

que mais preocupa os técnicos da divisão é a condução deste processo, pois hoje não há nenhuma garantia de continuidade do mesmo, o que prejudica imensamente a qualidade do Plano de Manejo. Pois, segundo ela, o processo de elaboração do Plano envolve mobilização de diversos setores da sociedade, nesse processo se constroem acordos com a sociedade que são complexos e necessitam de um grande esforço de mobilização. E temos a nossa frente uma grande possibilidade de interrupção no processo, perdendo todo esse trabalho de mobilização. Ela entende que a SEMA precisa ponderar essa questão.

O conselheiro representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Glorinha, senhor **Antônio Carlos**, fala que é da iniciativa privada e sempre trabalha com a "corda no pescoço" podendo ser demitido a qualquer momento. Ele acha que tem um pouco de corporativismo no discurso dos técnicos e que ele entende, mas que eles não estão preocupados com o banhado grande, mas sim com a "corda no pescoço". Ele fala que não é uma questão ideológica, pois ele não tem ideologia, é trabalhador, e que o importante é o banhado grande e não o emprego das pessoas em si. **Josy** explica que o motivo dos questionamentos dos técnicos é o plano de manejo da APABG, uma prova disso é que a FZB já havia questionado a SEMA antes do PL que propõe a extinção da FZB. **Lisandro**, representante do ICMBIO, diz que o governo está boicotando o Plano de Manejo desde o governo anterior e que agora nesse governo o boicote está ampliado para a vida das pessoas. Ele ressalta que o governo não está dando condições para o plano de manejo acontecer. **Denise** esclarece que a "corda no pescoço" não é sobre nossos empregos, mas sim sobre a execução do nosso trabalho. **Luisa Chomenko** ressalta que quando ela falou o termo "corda no pescoço" estava se relacionando aos prazos de execução do Plano de Manejo. O conselheiro **Antônio** pede desculpa e diz que entendeu. **Paulo Muller** diz, ainda, que a "corda no pescoço" é dos processos de licenciamento na região que sem o plano de manejo não tem subsídio para aprovar. **Pedro**, Sindicato rural de Viamão, fala que sua posição é que o conselho não deve se manifestar sobre a manutenção ou não da FZB, e que deve focar-se na execução do Plano de Manejo. Ele questiona o que o conselho poderia fazer efetivamente para ter uma ação que seja eficaz do ponto de vista de sequência do plano de manejo. **Aurici** fala que é muito válido a manifestação do conselho a secretária, mas entende que isso não impede que o conselho se manifeste favorável a existência da FZB como tal. Ela coloca que o Maricá se posiciona favorável a ambas propostas, tanto da manifestação do conselho sobre a FZB ser executora do Plano como desta instituição continuar existindo.

Garbini, representante do Lions, pergunta se a fundação fosse extinta, quem é que assumiria essas funções. **Tânia** responde que seria aberta uma licitação. Ele questiona quem assumiria as funções que a FZB executa. **Denise** responde que atualmente não se sabe. **Garbini**, diz que falou com o Hélio Corbelini (secretário do Meio Ambiente no Governo de Tarso Genro), e segundo ele a FZB teria sido ineficiente na elaboração de outros Plano de Manejo. **Tânia** diz que ainda bem que o Corbelini não está mais como

quando uma instituição não libera o recurso em havendo condições para tal a outra parte tem que cobrar.

Denise busca sintetizar os encaminhamentos debatidos, sendo eles solicitações do conselho para o governo se posicionar junto ao MP, contra a extinção da FZB e pela manutenção desta instituição como executora do Plano de Manejo. **Tânia** comenta que é preciso sair um documento daqui hoje. O **representante da FARSUL** questiona que não deve ser solicitado apoio ao MP, mas sim, seu posicionamento. **Aurici**, representante do grupo Maricá, se posiciona dizendo que o ministério público deve cobrar do governo, pois existe um TAC assinado. Ela fala, ainda, que as prefeituras que tem interesse direto também poderiam se manifestar sobre a questão. **Tânia** lembra que existem representantes das prefeituras no conselho. **Paulo Muller** fala que o interessante é conversar com os prefeitos. **Denise** questiona a plenária se o conselho deve pedir para as prefeituras um posicionamento sobre a questão. **Ivo** sugere que seja encaminhado a associação dos prefeitos, GRANPAL. **Paulo Muller** concorda com a sugestão, lembrando que o prefeito de Gravataí é presidente da Grampal. **Denise** verifica se o encaminhamento do conselho é: um documento contra a extinção da fzb, outro solicitando a manutenção da fzb como executora do plano de manejo e outro documento ao MP para que esse se posicione sobre a questão o que também será feito para a GRAMPAL. Ela questiona como seria encaminhada a questão, se seria via câmara temática ou algumas pessoas do conselho.

Manuel Adams, representante do Comitê Gravathay, fala que o conselho tem uma questão mais urgente, saber o posicionamento da SEMA, com relação a continuidade do processo. **Denise** diz que o posicionamento que foi dado hoje é que sim. Manuel se posiciona dizendo que o conselho tem que pedir isso, pois temos que ter oficialmente isso. **Ivo Lessa** diz que concorda com a posição do Manuel, mas diz que o conselho tem que fortalecer essa questão entre as entidades que estão aqui dentro. **Manuel** fala que há um contrato com a FZB e que o conselho precisa saber oficialmente se esse contrato será cumprido. **Josy** reitera que a SEMA não fez o repasse do recurso e que por isso o Plano não teve o andamento desejado, pois mesmo antes do PL de extinção da FZB já havia sido informado a SEMA que o Plano estava sendo paralisado pela falta do repasse do recurso. **Paulo Muller** diz que é por isso que essa reunião com o MP é importante. **Tânia** reitera que é preciso que o conselho se se manifeste sobre a questão, mas entende que é desnecessário o envio do documento a secretária, pois sua posição é a mesma do governador, pois ela é subordinada a ele. Ela diz que o MP precisa ser acionado na medida que o recurso destinado para o Plano não está sendo utilizado para executar o mesmo.

Luisa Chomenko fala do prazo judicial e a necessidade de realização do plano conforme a necessidade de levantamentos que dependem da sazonalidade. Fala também que com o PL a incerteza de continuidade do trabalho é grande. **Paola Stumpf**, técnica da DUC (divisão de unidades de conservação) diz que o

secretário, complementa informado que ele teria morrido politicamente. O **representante do Lions**, questiona se haveriam outras instituições capazes de executar o Plano de Manejo da APABG. Vários conselheiros começam a falar ao mesmo tempo e **Denise** questiona a **Josy** se ela gostaria de responder. **Josy** então inicia sua fala dizendo que, como não é todo mundo que conhece o que acontece internamente, ela faz uma explicação mais detalhada. Segundo ela, hoje existe esse projeto de extinção e demissão dos funcionários, nós somos concursados, mas somos CLT podemos ser demitidos sim, a gente começou a fazer um trabalho para retirar a urgência desse projeto para poder ser discutido. Então a retirada do regime de urgência aconteceu e foi feita uma audiência pública na Assembleia Legislativa. Tiveram quase duas mil pessoas brigando pela manutenção da FZB para não extinção. O projeto continua lá, sem o regime de urgência e pode ser votado, tem que passar por duas comissões e não sabemos quanto tempo isso pode levar. Fora isso o que a secretária tem dito é que a FZB não vai ser extinta, que sim irão reestruturar o sistema ambiental do Estado, tem três pessoas trabalhando nisso. A gente não tem ideia do que vai sair pois eles não estão conversando com ninguém. O caso da FZB, o que tem sido dito, pois não há informação formal disso, pela secretária, é que os serviços que a fundação presta podem ser executados mesmo com a extinção da FZB, o que não é verdade. Ela diz que nós iremos para SEMA, outros para UERGS outros serão demitidos, só que ela acha que esse trabalho todo, não é só o plano de manejo, tem funções que não podem ser realizada se nós deixarmos de ser fundação e se formos absorvidos pela SEMA, aliás não tem absolutamente nada que a gente faz que a gente poderia fazer lá. Então essa história que vai se remanejar funcionários e que com isso seria possível continuar com as atividades da FZB é mentira. Isso não pode acontecer. Se os funcionários forem remanejados a gente não vai poder fazer o plano de manejo bem como as outras atividades. **Jan** faz um comentário sobre o comentário do ex-secretário Corbelini. Segundo ele no plano de manejo do Delta do Jacuí ocorreu o mesmo problema que está acontecendo agora com o plano da APABG, houve uma demora excessiva para a liberação do recurso, e depois na contratação que chegou a levar nove meses o que foi prorrogando o prazo de execução. Por isso nesse processo da APA a FZB adiantou o aviso para que não ocorresse o mesmo que aconteceu no plano do Delta do Jacuí. **Paola** diz que é preocupante que a SEMA hoje está com quatro planos de manejo em execução que dependem da FZB para serem elaborados, sendo um deles com contratação formal, os demais apenas com custeio das instituições. E é extremamente preocupante que está acontecendo a mesma situação no Banhado Grande que ocorreu no Delta do Jacuí, outro convênio que a própria secretaria teve percalços na execução do recurso e na condução do processo. Na época do plano de manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí o processo do convênio ficou parado quase um ano na mesa do secretário e quando estourou os prazos do convênio eles liberaram o processo dando um prazo de quatro meses para execução do plano com eles justificando prazos do MP, pois a ação já estava judicializada. Se o processo foi muito atribulado e hoje ainda estamos fazendo ajustes no processo foi por isso, que é o mesmo

- Encaminhamentos:
 - Posicionamento oficial do conselho contra a extinção da FZB;
 - Manifestação do conselho solicitando a manutenção da FZB como executora do Plano de Manejo da APABG;
 - Elaboração de um documento solicitando a SEMA a liberação do recurso do Plano de Manejo;
 - Encaminhar documento ao MP (ambiental e de contas) para que esse se manifeste sobre a situação do Plano de Manejo;
 - Encaminhar a GRAMPAL documento para que esse se manifeste sobre a situação do Plano de Manejo;
 - Denise solicita apoio do conselho para elaboração dos documentos e fica deliberado que a gestão da APA fará uma minuta que ficará disponível para manifestação do conselho por e-mail durante uma semana.

Pauta 4 –Parcelamento de solo industrial em Glorinha próximos as remanescentes de banhado;

Denise relata que a três reuniões tenta-se deliberar sobre essa temática, mas não foi possível, assim foi chamado o município e a empresa de consultoria. Ela relata brevemente sobre o empreendimento e chama **Ruy Mineiro**, que informa a todos que fala em nome da prefeitura, para apresentar o empreendimento. Ele fala que a celeridade do processo de licenciamento é muito necessária para o município de Glorinha e se apresenta, falando um pouco sobre seu histórico de envolvimento com a região. Ele diz que compatibilizar a conservação com o desenvolvimento é um processo a longo prazo. Segundo ele, Glorinha tem uma cultura de preocupação ambiental e relata que a APA está dentro do território de Glorinha e não o contrário. Diz que o povo de Glorinha tem um histórico de resistência e se mobilizou em diversos momentos, para sua emancipação, para impedir a instalação de um presídio e de uma indústria de alto potencial poluidor. Fala sobre o município, indicando dados gerais. Fala da importância sobre o tratamento de esgoto que o município está implantando, exemplificando a importância que a conservação tem para o município. O município que é predominantemente Rural tem sua contribuição da economia principalmente pela Indústria. Assim sendo é um modelo desejado pelos municípios, o de desenvolvimento industrial, sendo difícil fugir dele. Segundo ele é possível se ter controle sobre essa atividade. Trata da dependência da administração municipal pela empresa Fibraplac (30% da arrecadação), fala que é preciso diversificar e aumentar a arrecadação desta administração. Muito antes do estatuto das cidades a cidade de Glorinha já possuía um plano de diretrizes urbanísticas, que foi transformado, futuramente, no plano Diretor deste município. Esse plano prevê inclusive ações para as áreas rurais, tendo característica integrada. Ele relata o zoneamento do município, indicando que existe uma grande zona de interesse ambiental à sul da BR 290. A zona entre a BR290 e a RS 030, faz parte da

macrozona de ocupação prioritária, e trata de suas subdivisões. A servidora da prefeitura fala sobre os acessos e como foram programados para evitar perturbações à população pelos caminhões que transitam às indústrias. Fala que a área que hoje se pretende instalar o loteamento industrial antes não era zona industrial, mas agora é. O mercado imobiliário é que fazia a gestão do território, porém o município buscou parceria com a iniciativa privada para a realização deste empreendimento, por entender que é interesse da administração municipal a implantação e diversificação das indústrias no município. Segundo ele, não é interesse do município a instalação de grandes indústrias, sendo desejável o estabelecimento de indústrias de pequeno impacto. Ele diz se caso fosse uma área menor nem passaria pela FEPAM e não estaria pela análise do conselho, pois o licenciamento é quem realizaria o licenciamento. Sr. Ruy fala sobre o que a legislação prevê para indústrias de baixo potencial poluidor. Fala que o município tem todas as ferramentas para fazer um bom trabalho e queixa-se sobre a morosidade no processo de licenciamento. **A representante da prefeitura** fala que é uma grande dificuldade pelo desenvolvimento de toda a cidade ao longo da RS 030, o que causa diversos acidentes pela proximidade de indústrias nas proximidades do “miolo” urbano da cidade. A falta de oferta de terras para atividades industriais que causam transtorno ao residencial fora desta área urbana faz-se necessário a disponibilidade de parcelamentos de solo fora dessa região. Isso porque o terreno fora dessa zona urbana é grande e muito oneroso para que se instalem pequenas indústrias. Ruy questiona se o prefeito tem interesse em contribuir com alguma informação e relata que é necessário que o conselho se manifeste conclusivamente para dar continuidade ao processo de licenciamento.

Denise faz um breve relato, dizendo que a APABG aguardou as complementações por um grande período, e após esse período buscou-se a empresa para apresentar o empreendimento no conselho, o que não ocorreu. Ela apresenta brevemente o resumo enviado ao conselho (em anexo).

A gestora da APABG inicialmente esclarece que essa fase do Loteamento industrial é o momento em que a APABG se manifesta e não no licenciamento das indústrias individualmente. Mostra no mapa a localização geral da APABG e da área prioritária para a Conservação do Pampa definida pelo Ministério do Meio Ambiente. Ela informa que não é conhecido o potencial poluidor das indústrias que irão instalar-se no local e sugere que essa poderia ser uma condicionante pré-estabelecida do distrito industrial. Em se tratando dos recursos hídricos, a gestora relata que a sul do empreendimento existe um corpo hídrico, um arroio, que não suporta o recebimento de efluentes. Segundo ela, foi solicitado pela FEPAM alternativas para o lançamento de efluentes foi enviada a alternativa de utilização de fossa séptica. Relata, ainda, que existe um documento da CORSAN indicando que há viabilidade técnica de abastecimento de água no local, porém ainda seria necessário a elaboração de projetos específicos passíveis de aprovação por essa companhia. Informa que tem áreas de banhado no local que não são mapeadas e que tem intervenções previstas para essas áreas úmidas. Por fim relata que os ventos predominantes

são direcionados aos remanescentes do banhado Grande. Finaliza sua exposição pedindo a contribuição dos conselheiros para esses processos.

Sr **Antônio Carlos** diz que a versão de quem é favorável a implantação não pode ser a única a ser apresentada, que é preciso haver o contraponto e se mostra preocupado com a contaminação pelo esgoto e o desemprego.

Tânia relata que conhece o Ruy e que é um técnico competente. A representante da APNMG fala que além de ser ambientalista, é grande conhecedora da região. Diz que é filha de agricultor de Glorinha e que conhece todo o município como a palma da sua mão. Dessa forma, ela questiona o Ruy Por que a Prefeitura não pensa em ocupação da região ao norte da zona urbana central, na região da Encosta da Serra Geral? Por que ocupar a área de Banhado? Ao contrário do que foi dito, com outras pessoas com as quais a prefeitura não conversa, existem outras pessoas sim que geram emprego e desenvolvimento e bem estar social e promovem a preservação do meio ambiente. Porém o gestor público de Glorinha, o que já ocorre a bastante tempo, não tem visão. Querem apenas uma empresa que pague imposto para eles aumentarem o numero de funcionários públicos para mantê-los no poder. Para eles ter desenvolvimento é ter mais impostos para aumentar os CCs e contratados para manter esse modelo. Nunca ninguém se preocupou em ver a vocação que tem essa região, não é de meia dúzia de pessoas que moram no centro. Todos conselheiros sabem que tem muitos municípios que mantêm sua qualidade de vida, vendendo a água que produz com suas nascentes, ganhado cotas de água, como ocorre em outros estados. As pessoas são tão curtas que não enxergam o potencial do município. Há além do banhado, dois grandes contribuintes do rio Gravataí que são o Miraguaia e o Passo Grande, são dois arroios enormes que nascem lá nas caldas da Serra Geral. Nenhum momento se pensa em se trabalhar com ecoturismo, não existe isso! Para finalizar, ela diz que não gosta de ver numa reunião como essa o gestor público junto com o empreendedor e complementa que nada contra o empreendedor, o negócio dele é ganhar dinheiro. Agora o gestor público tem a obrigação de primeiro preservar a saúde e a qualidade de vida da população; e segundo de preservar o meio ambiente. Ela fala que gostaria de saber o que os arroteiros de Glorinha estão dizendo de serem vizinhos de uma área Industrial. Diz que ouviu muitos comentários muito preocupantes com relação a elaboração do Plano Diretor de Glorinha. E que o Plano de saneamento não abrange toda população, não tem fiscalização. Ela relata que tem muita devastação de mata nativa, não há fiscalização séria. Relata que a APNMG moveu duas ações contra a prefeitura pela colocação de lixo em locais inapropriados, mesmo havendo um contrato para destinação desses resíduos para o aterro sanitário. Não há plano de educação ambiental nas escolas. Ela diz que o gênero humano tem que se extinguir para o planeta se salvar.

Niro Pieper, técnico da Consultoria Ambiental, fala que o trabalho foi apresentado honestamente e fala que as complementações estão de acordo com o plano diretor. Fala que o empreendimento, ao que lhe parece, já estava

na área industrial e que os estudos devem se valer pelo que acontece no entorno, e ressalta que é uma área limdeira a Fibraplac. Diz que os impactos das indústrias devem ser avaliados nos processos de licenciamento específicos. Fala que o empreendedor se recente do tempo decorrido e que em cada uma das manifestações declara que acata as restrições necessárias.

Lisandro, representante do ICMBIO, entende que o conselho não iria intervir na liberdade do município em realizar o parcelamento de solo e que se fosse o caso iria demandar o conselho com um conteúdo técnico desnecessário a esse fórum. O Fundamental, ele entende, é o parecer da APABG tendo ouvido o conselho que tem sempre contribuições valiosas. Ele entende que a contribuição do conselho seria mais no sentido de acrescentar informações e sugestões a gestão da APABG e nunca de intervir na liberdade do município em realizar o parcelamento de solo. **Paulo Muller** questiona sobre a localização e **Ruy** esclarece que fica abaixo da Fibraplac. O **representante da Prefeitura de Gravataí** questiona que o local não tem rede de esgoto e nem água encanada. Segundo ele não é possível ter indústrias com grande volume de esgoto nesse local, pois o arroio não tem capacidade de absorção e todo o efluente liberado nesse arroio vai direto para o banhado. Ele fala ainda que o solo da região não é adequado para a instalação de fossa séptica.

O **prefeito de Glorinha** fala da cultura de Glorinha e também fala que foi rejeitada a instalação de grandes indústrias poluidoras no município. **Tânia** diz que bem pelo contrário, que a negativa de instalação dessas indústrias foi resultando do movimento que a APNMG e a SAALVE fizeram em que a prefeitura era favorável a instalação destes empreendimentos. O **prefeito** contrapõe dizendo que, naquele momento ele não estava na administração municipal e que por isso que ele diz "Nós". Diz que a secretaria do meio ambiente vem trabalhando fortemente na defesa do meio ambiente e que ele quer oportunidade de trabalho, assim como outros municípios tem. Continua dizendo que assim como a nossa cidade mãe fez e faz, Gravataí, e, quem sabe, nos ensinou a ser assim. O prefeito diz que o discurso parece muito bonito, mas foi o que Gravataí fez. **Tânia** diz que Gravataí não está dentro do Banhado. **Ruy** diz que a General Motors está dentro da APABG. **Denise** desmente, informando que a GM está fora da APABG. O **prefeito** fala que assim como as demais comunidades Glorinha também deseja emprego. **Tânia** complementa que os trabalhadores das indústrias de Glorinha não são do município, pois não é oportunizada educação técnica pública no município.

Ruy busca responder a pergunta feita pela conselheira **Tânia** e inicia sua fala dizendo que diferente, dela, ele teria grande respeito pelo povo de Glorinha, que tem grande capacidade. E informa que foi sugerido esse local, primeiramente pela logística, para o escoamento da produção. Outra questão é que naquela região, diferente da zona de ocupação rarefeita (acima da RS030), é possível ter uma gestão e um controle melhor do poder público. Não se propõe na região dos morros, segundo ele, pela inviabilidade financeira e ambiental. Ele encerra sua fala dizendo que é um fórum social, e não um órgão de licenciamento ambiental. As etapas de licenciamento ambiental vão ser atendidas. Diz que aqui não é lugar para se aprovar ou não. Relata que

Glorinha, por está boa parte do seu município dentro da APABG deveria ser melhor tratada que os demais. E questiona qual é o legado que os demais municípios têm com Glorinha para que o município tenha outro modelo de desenvolvimento. Fala que se o empreendimento não for liberado pela APABG, Glorinha está sendo penalizada pela unidade de conservação, que não deve ser um peso para o município. A APABG precisa ser um complementador para o desenvolvimento da unidade de conservação. **Denise** informa que esse colegiado tem autonomia para tomar suas decisões.

Ivo Lessa questiona o direcionamento dos ventos apresentado, dizendo que, em sendo uma zona litorânea, seria mais lógico que os ventos prioritários fossem na direção contrária. **Denise** informa que era a informação que estava no processo. O **representante do STR de Glorinha** entende que não tem condições de deliberar sobre essa questão e relata sua preocupação com as mineradoras no município. **Denise** esclarece que a ideia de trazer a questão ao conselho dê o seu posicionamento sobre a questão. **Manuel** diz que o conselho é deliberativo e que o conselho precisa aprovar ou não o empreendimento. **Denise** esclarece que a APABG é quem está solicitando o posicionamento do conselho e não o órgão licenciador e diz que o conselho pode sugerir condicionantes no processo e não apenas manifestar concordância ou discordância ao empreendimento. **Manuel** pergunta se a apresentação da prefeitura na reunião tem previsão legal. Ela responde que existe um parecer da APABG que indica a necessidade de oitiva do conselho tendo em vista o tipo de empreendimento e localização. Assim, APABG fez o convite para ocorrer essa apresentação no conselho, relata que, como a empresa de consultoria que não compareceu às reuniões, para essa reunião foi solicitado também a presença da prefeitura.

Rafael Eckert, representante do DRH, questiona se não há uma alternativa locacional, mais a sul da BR290. O **prefeito** esclarece que buscou outros locais, não havendo interesse dos proprietários. **Ivo Lessa** questiona que mais a sul é mais pra dentro do banhado e diz que está se debatendo uma coisa séria e é preciso saber o que se está discutindo. Ele complementa que a APA é unidade de conservação que não proíbe tudo e o município precisa se desenvolver e andar com esse projeto e depois de licenciado a gente discute o que é possível fazer. **Denise** busca um encaminhamento, relatando que ela percebeu que existem algumas preocupações que foram levantadas no conselho, sendo elas, o arroio a sul da propriedade, a destinação de resíduos, e o potencial poluidor e com relação ao banhado. Ela relata que com relação aos encaminhamentos, é possível que esse fórum defina condicionantes e não apenas diga que o empreendimento é inviável. **Ivo Lessa e Ruy** dizem que concorda que seja aprovado com as condicionantes necessárias. **Paulo Muller** diz que os municípios precisam conviver com a existência da APABG, e ela em si não proíbe, mas é preciso fazer as questões com conhecimento, sendo necessário conhecer a vocação de cada área. Ele coloca que se nega a aprovar qualquer novo empreendimento na APABG sem que se tenha o Plano de Manejo. Fala que não há interesse nem desse nem de outros governos com a questão ambiental, questiona a atitude do Governador ao querer acabar com

a Fundação Zoobotânica. Ele finaliza dizendo que a APA não é para trancar o desenvolvimento, mas sim para se ter uma nova visão de desenvolvimento, mas que sem o Plano é complicado definir. **Cláudia Wolf**, representante da FEPAM, fala que não ocorreria uma nova oportunidade de manifestação, sendo esse o único momento para a manifestação da APABG. Ela fala sobre os banhados não mapeados, que precisam ser mapeados, sem que haja intervenção nessas áreas. **Luisa Chomenko** fala da importância sobre a definição dos tipos de empreendimento que podem ser instalados e diz que é preciso saber os tipos de efluente que geram e a forma de tratamento que será feita. **Denise** verifica a existência de dois encaminhamentos possíveis, de acordo com as falas apresentadas, um deles seria a negativa ao empreendimento o outro a permissão de instalação com as ressalvas de manutenção dos banhados e restrição com relação ao potencial poluidor. **A representante da FZB** relata que, devido a fragilidade da área, seria interessante trabalhar com baixos potenciais poluidores, gerando níveis muito baixos de efluentes. **Lisandro** questiona se é possível fazer restrições ao potencial poluidor nessa fase do processo. **Denise** esclarece que esse é o único momento em que a APABG irá se manifestar, assim, sendo a gestão dessa unidade de conservação tem autonomia para definir as restrições necessárias ao empreendimento visando a compatibilidade com seus objetivos de criação. Ela ressalta que a APABG não trabalha com licenciamento, e sim faz essa análise de viabilidade com relação à unidade de conservação e autoriza o processo de licenciamento em si e não a atividade. A presidente põe em votação.

Encaminhamento: aprovado a continuidade do processo de licenciamento incluindo as ressalvas: preservem as áreas de banhado e o arroio e que seja permitida a instalação de indústrias apenas de baixo potencial poluidor.

Pauta 5 – Erosão e recuperação ambiental

Denise convida o convidado da METROPLAN para fazer sua breve apresentação. **Jayme** se apresenta e contextualiza o estudo em si, conforme apresentação em anexo. Ele fala que existem participações de diversas entidades no grupo de coordenação, incluindo o comitê Gravathay, o DRH/SEMA, as prefeituras e a APABG. Ele relata que originalmente eram apenas estudos de concepção para barragem e após uma consultoria técnica do professor Carlos Tutti, o estudo virou um estudo de concepção para toda bacia. Na bacia do Gravataí foi incluída também a questão das estiagens. Ele apresenta os slides e relata todos os estudos que serão feitos para definir um cenário. Esse cenário vai apontar as medidas estruturais e não estruturais necessárias e serão elaborados os anteprojetos de engenharia. Assim terão os estudos ambientais. **Lisandro** pergunta se os 15 milhões incluem as obras. **Jayme** responde que apenas o dique de alvorada já tem recurso para obras, sendo esses 15 milhões é apenas para os estudos e fala da importância da participação de todos para qualificar o trabalho. Segundo ele A situação atual do estudo é que já foi elaborado o Plano de Trabalho e já ocorreu a primeira

audiência que ocorreu em Gravataí e relata toda a fase do Estudo. **Manuel** questiona se ocorreu mais alguma reunião desse grupo de coordenação. **Jayme** responde que as reuniões ocorrem quinzenalmente, sempre às quintas. **Manuel** faz um alerta para a participação das prefeituras, que acompanhem. Segundo ele é preciso entender que uma obra em um local, como o dique em alvorada, pode afetar o comportamento do rio em outro. Dessa forma, ele entende que é muito importante esse acompanhamento.

Jayme responde que como a metroplan tem a gestão dos quatro projetos eles precisam se conversar, e esse trabalho está sendo feito e ressalta a importância da participação das prefeituras e demais entidades governamentais. Ele fala que o estudo em si tem o objetivo de evitar cheias e estiagens e que ele entende que nessa fase ele não possui um viés ambiental, o que deve ser levantado posteriormente quando será feito os estudos de impacto. Ele agradece a oportunidade e fala que preferencialmente ações não estruturais e que os estruturais devem ocorrer quando forem inevitáveis. Finaliza sua apresentação mostrando algumas fotos.

Manuel questiona onde ocorre o dique e **Jayme** responde que ainda não se sabe, que tem o objetivo proteger uma região em alvorada que ocorrem grandes áreas de inundação. O **representante do DRH** questiona os efeitos à jusante. **Jayme** fala que é de suma importância que sejam minimizados ao máximo a transferência de efeitos à jusante. Ele complementa afirmando que o estudo será realizado irá apontar as alternativas que serão debatidas com a sociedade. **Manuel** reitera que existe a possibilidade de participar desse trabalho, através do grupo de coordenação, onde é possível já inserir a opinião dos municípios nesse processo. Ele ressalta que já foram feitos estudos anteriores para a instalação de barragens, mas que já se verificou que as águas do banhado não se prestam para isso. **Jayme** diz que o estudo do IPH não é conclusivo e que ele vem estudando muito ele. Ele diz que tem trabalhado de forma muito transparente, mas que hidrologia é bastante complexo. Ele deixa seus contatos para quem quiser informações adicionais **Denise** agradece a participação do Jayme e dos conselheiros. Fala que a metroplan também tem um trabalho sobre o estatuto da metrópole que posteriormente também será trabalhado com a sociedade.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Denise Machado encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu Ana Paula Ribeiro lavrei a presente ata.